

A DESNATURALIZAÇÃO DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: CAMINHOS POSSÍVEIS

Francisca Ramos-Lopes (UERN)

franciscaramos@uern.br

João Batista da Costa Junior (UFRN)

jbjuniorassu@hotmail.com

RESUMO

O espaço, o tempo, as diversas culturas, os sujeitos, as formações e interesses constituem múltiplos significados, tornando a escola cada vez mais plural. Nesse sentido, defendemos ser o ambiente escolar um espaço ímpar para a construção e ressignificação de valores, dentre eles, o respeito, independente, do fenótipo, da condição social, da orientação sexual, dentre outros elementos sinalizadores de práticas preconceituosas e discriminatórias. Sabemos que embora a escola tenha o papel de promover a aceitação, a igualdade e o respeito às diferenças, essa função deixa de ser cumprida quando destaca um único segmento racial, primando por uma educação eurocêntrica, negando o pertencimento étnico dos alunos negros nela existente. Nesse sentido, objetivamos, por meio de oficinas pedagógicas realizadas em aulas de língua portuguesa, dialogar sobre a desnaturalização de práticas preconceituosas e discriminatórias que circulam na escola e comprometem a interrelação entre os sujeitos.

Palavras-chave:

Pluralidade. Ressignificação. Práticas antidiscriminatórias.

ABSTRACT

Space, time, different cultures, subjects, backgrounds, and interests constitute multiple meanings, making the school increasingly plural. In this sense, we defend that the school environment is a unique space for the construction and re-signification of values, among them, the independent respect, of the phenotype, of the social condition, of sexual orientation, among other signatory elements of prejudiced practices and discriminatory. We know that although the school has the role of promoting acceptance, equality and respect for differences, this function is no longer fulfilled when it highlights a single racial segment, striving for a Eurocentric education, denying the ethnic belonging of black students in it existing. In this sense, we aim, through pedagogical workshops held in Portuguese language classes, to discuss the denaturalization of prejudiced and discriminatory practices that circulate in the school and compromise the interrelation between the subjects.

Keywords:

Plurality. Resignification Anti-discrimination practices.

1. *Considerações iniciais*

Nos dias atuais, discursos relacionados em torno da temática da diversidade e suas variantes estão passando os estudos e debates que

até então eram restritos aos meios acadêmicos, estão fazendo parte da atual sociedade de uma maneira mais significativa adentrando aos espaços de convívio social. A (re)construção de anos segregados a uma grande parcela da população, veem trazendo à tona discursos de afirmações sobre as formas de diversidade, incluindo-se a diversidade cultural e racial, questões de gênero, sexualidade, religiosidade etc.

Assim o sendo, nessa produção pensamos a diversidade a partir de contexto cultural e racial, com foco em possíveis caminhos para se trabalhar a desnaturalização do preconceito na escola. Quando nos referimos à cultura, de imediato entrelaçamos aos costumes de uma determinada população. Desde as suas comidas, vestimentas, educação, rituais religiosos até a forma como demonstram suas relações afetivas a um grupo desconhecido. No continente Europeu, por exemplo, a cor da pele e os tons claros dos olhos é uma marca cultural, uma presença. É comum ouvirmos pessoas de outras nacionalidades ao chegarem aos países pertencentes ao continente europeu fazerem afirmações do tipo; “a comida é ótima” “a cultura é riquíssima e todo mundo tem a pele branca e olhos claros” “são todos belíssimos”. O fenótipo europeu é cultura tanto para os seus habitantes quanto para os seus visitantes. Mas, quando passamos aos demais continentes, a história já não é a mesma.

Para os povos pertencentes ao continente africano e América do sul, a sua identificação do seu lugar no mundo, já não é a sua identidade e ao entrelaçarmos a sua localização geográfica ao espaço do convívio social que é a escola, nos deparamos a um modelo inexistente de educação, o modelo de educação eurocêntrico, um modelo que não respeita as multiplicidades dos sujeitos nos mais diversos meios sociais, sejam eles educacionais ou não. Nesse sentido, comungamos com o posicionamento de Cunha Jr (2006) quando diz que a história do Brasil ensinada nas nossas escolas é eurocêntrica, por partir de uma visão de mundo do europeu e não combinar esta com outras matrizes de conhecimento e experiência históricas.

Nossa compreensão é de que mesmo sendo o Brasil, um país multicultural, com várias etnias e das mais diversas pluralidades, quase nunca entrelaçamos o pertencimento da identificação da cor como forma de enriquecimento de uma cultura. E, ainda, é negado a população negra o direito de existir e de se identificar como tal, como consequência, prevalece a fortificação de uma cultura segregacionista, uma cultura que impõe como devemos agir perante a sociedade.

Ao questionarmos situações como as expostas, confrontamos às ideias que há anos estão enraizadas na cultura da sociedade. É comum, ouvirmos em nossa prática laboral discursos de negação a existência de práticas racistas na escola e na sociedade. Motivo, dentre os quais consideramos vital levarmos as questões da diversidade étnico-racial ao âmbito escolar. Assim, estaremos, de maneira geral, desconstruindo padrões estéticos e construindo uma sociedade que aprenda a respeitar a diversidade, destruindo o estigma de uma sociedade igualitária, a qual há anos faz uso do termo “igual” na busca de uma ideologia de supremacia racial.

Os estudos étnico-raciais já vêm sendo discutidos há muitos anos, mas, quando se trata da diversidade seja ela qual for, debatemos com retrocesso. A diversidade é um tabu. Nas escolas não é diferente, mesmo elas sendo um ambiente de formadores de opiniões, de sujeitos capazes de se posicionar, ainda não é o suficiente o número de sujeitos donos da sua autonomia.

O racismo dentro das escolas traz à tona o modelo de educação eurocêntrico, que está longe de ser um modelo de educação inclusiva. Ao invés de uma educação libertadora, no sentido de desenvolver os alunos para agentes de ações políticos sociais, a escola vem sendo um ambiente invisível diante de uma formação que se posicione perante as questões de discriminação. A esse respeito, Ramos-Lopes (2010) afirma que em âmbito escolar, as práticas discriminatórias, em algumas situações, são ocultadas e silenciadas, pois não se constituem em discussões que “denunciem” a complexidade atinente às relações raciais.

A abordagem teórica e metodológica advém dos estudos de Cavalleiro (2005), Cunha Jr. (2006), Guimarães (2004 e 2008), Hall (2005), Munanga (2005), Ramos-Lopes (2010) dentre outros que refletem positivamente a respeito da temática da diversidade étnico-racial na escola e na sociedade.

2. *O racismo é concreto*

No cenário brasileiro, o “racismo” surge como uma doutrina científica que mantém proximidade com a abolição da escravatura, e, por conseguinte, a igualdade política e formal entre todos os brasileiros. No entanto, o racismo no Brasil foi mais que uma reação à igualdade legal entre os novos cidadãos que surgiam com o fim do regime escravista. Ele foi, também, o modo como as elites intelectuais, localizadas em Salvador

e Recife, reagiram às desigualdades regionais que se acentuavam entre o Norte e o Sul do País, em decorrência da decadência da cana de açúcar e a prosperidade advinda dos cafezais (GUIMARÃES, 2008).

O racismo brasileiro é concreto nas situações históricas impostas aos africanos e aos seus descendentes, fazendo parte de uma constante imposição de dominação econômica, cultural, social e política. Não se restringe apenas a um problema de classe social clássico, da relação entre possuidores de capitais e despossuídos. Este racismo se executa, então, de forma e aparência silenciosa, sem as sistemáticas explicitadas de outros países com rígidos padrões raciais (CUNHA JR., 2009).

Durante todo o século XIX e meados do século XX, o racismo ganhou espaço doutrinário e foi bastante difundido pela ciência, fato que contribuiu para que o mundo assistisse à perseguição e ao massacre de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. Os pesquisadores Borges, Medeiros e D'Adesky (2002) afirmam que a permanência do racismo na história, configura-se nas práticas discursivas de modo individual, institucional e cultural (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2002).

No concernente ao racismo individual, sua manifestação ocorre por meio de atos discriminatórios de um indivíduo contra o outro, chegando a atingir níveis variados de violência, como agressões físicas ou verbais, destruição de bens e até mesmo assassinatos, conforme ocorreu com o regime do Apartheid, na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos, nas décadas de 60 a 80. O “racismo individual” apresenta duas subdivisões: “dominador” e “aversivo”. Esse é designativo daquele sujeito que não usa um tipo de comportamento explícito para externar seu preconceito, mas, pode referir-se a um negro que se destaca pela sua intelectualidade como uma exceção a raça, ou então, não quer proximidade sejam amigáveis ou afetivas com negros. O outro se refere ao indivíduo preconceituoso fazer uso de atitudes negativas, demonstrando aversão ou ódio, em relação aos sujeitos negros (GOMES, 1995).

No Brasil, esse tipo de racismo também se fez presente, mas foi camuflado pelos meios de comunicação e por alguns setores estatais (MUNANGA, 2006). No entanto, na sociedade atual, cotidianamente as redes sociais têm divulgado práticas racistas. Destaque-se que no Brasil a exposição da população à possibilidade de morte violenta já é grande, ser negro corresponde a pertencer a um grupo de risco, pois a cada três assassinatos, dois são de negros. Somando-se a população residente nos

226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. (IPEA, 2020).

Outra forma de racismo é a institucional. Esse pode se caracterizar pelas práticas, as leis e os costumes estabelecidos socialmente os quais refletem e provocam as desigualdades raciais entre determinados grupos da sociedade. Geralmente, se manifestam por meio da economia, o sistema jurídico e a educação. As práticas racistas também se efetivam por meio do isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Elas, nos livros didáticos, apresentam seus efeitos de sentidos pela ausência de personagens negros ou pela presença de teorias e imagens deturpadas e estereotipadas sobre a história desse povo. Manifestam-se também na propaganda, publicidade, novelas etc., retratando o negro e outros grupos étnico-raciais de forma equivocada, por exemplo, submissos, preguiçosos, malandros, dentre outros (GOMES, 1995; MUNANGA, 2006). Os estudos recentes sobre relações raciais têm constatado práticas racistas nas diversas instituições de nossa sociedade, por exemplo, o ambiente escolar (GOMES, 1995).

Além do racismo individual, institucional, Borges, Medeiros e D'Adesky (2002) apresentam o racismo cultural. Esse está estritamente ligado ao etnocentrismo, ou seja, ao sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação às outras, perseguindo a ideia de que seus valores são os melhores e os mais corretos, por isso devem-se sobrepor a todas as outras culturas (MUNANGA, 2006). Nesse sentido, a hierarquização em relação aos grupos não se apresenta por meio de critérios raciais e sim, pelas singularidades culturais expressas por meio das diversas línguas, religião, sistema político etc. Essa é uma nova forma de racismo que, ao postular a intransponibilidade das diferenças culturais e negar a existência de valores universais, inviabiliza a cooperação entre as diferentes nações (BORGES, MEDEIROS & D' ADESKY, 2002).

A esse respeito, Jones (1973, p 139) afirma: “a capacidade para controlar, pelo exercício do poder, as vidas e os destinos do povo negro, se torna racismo cultural quando tais destinos estão encadeados a padrões etnocêntricos brancos”. Na cultura, o racismo propaga o relativismo cultural e o multiculturalismo como forma de domesticação de corpos, determinando a superioridade, o valor e o significado da cultura dominante em detrimento de outros grupos dos quais a branquitude produz a inferiorização desses (PRADO, 2020).

Acrescemos as formas de racismo citada a que consideramos maior das demais: o racismo estrutural. Este segundo Almeida (2018) não se resume a fenômenos localizados. Está atrelado a um processo histórico, econômico e político em que as condições de subalternidades são reproduzidas para grupos específicos da sociedade. Ele é sistêmico, se apresenta como consequência da estrutura social. Está emaranhado nas estruturas de poder por isso atinge somente grupos étnico-raciais considerados inferiores. Fato que torna inviável o argumento do racismo reverso. Nessa mesma seara discursiva, o autor acrescenta que a solidificação do racismo é mantida pela ordem jurídica, política e econômica, posto que criam condições para evolução de um grupo específico da sociedade.

De um modo geral, Guimarães (2005, p. 32) esclarece “o racismo é uma tentativa de redução do cultural ao biológico, uma tentativa de explicar um determinado status social como se fosse uma característica natural”. Entenda-se, um comportamento hostil relacionado ao outro, com base em suas características físicas, cognitivas, intelectuais, de nacionalidade, sexo etc. Racismo é algo maior do que discriminação ou preconceito. Diz respeito a formas nem sempre conscientes e também coletivas de desfavorecer negros e indígenas e privilegiar os brancos. Em sociedades como a brasileira, o racismo determina a forma como pensamos. Assim, a cor da pele significa muito mais do que um traço da aparência. Ela é associada a capacidades intelectuais, sexuais e físicas. É como se ser negro estivesse associado a qualidades físicas apenas (a dança, os esportes, o trabalho pesado) e não intelectuais (FORTE, 2020).

3. *Práticas racistas*

As práticas racistas se estendem ao universo escolar, espaço no qual ainda se propaga uma versão alienada do escravismo. Esse é discutido em muitas práticas docentes como um fato natural, sem apresentar nenhum indício de condenação ética e moral. Tais posições atribuem à população africana a predestinação do escravismo por, supostamente, ser intelectualmente inferior ou culturalmente menos evoluída. Assim, a escola introduz de forma negativa os discursos que produzem sentidos em torno da discussão étnico-racial. Elas repetem outras experiências que os discentes já tiveram fora da escola, onde conviveram ou convivem com formas variadas de como desqualificar socialmente a figura dos negros. O racismo é um problema social que se aprende na rua e na escola (CUNHA JR., 2006).

Postulo que as práticas racistas “discriminação e preconceito”, dentro ou fora da escola, apresentam semelhanças entre si. Elas centram-se em ideias, sentimentos e atitudes negativas contra o outro. A diferença é que a “discriminação” consiste em um ato de uma pessoa ou grupo em relação ao outro, enquanto o “preconceito” fica mais no nível da concepção. O preconceito se resume a um julgamento pré-estabelecido a respeito de uma pessoa, grupos de indivíduos ou uma nação que se desconhece. É uma opinião fechada que os sujeitos adotam sobre si ou sobre os outros, sem nenhuma razão concreta.

Considerar uma pessoa preguiçosa por causa de seu pertencimento étnico racial; dizer que alguém dirige mal porque é mulher; que os japoneses são mais inteligentes e que todo brasileiro gosta de samba etc., são concepções preconceituosas que não nascem com o sujeito, elas são construídas ao longo da vida. Consideramos que os primeiros sinais demonstrados na infância, em que algumas crianças não querem contato com crianças de outro pertencimento étnico-racial ou de classe social diferenciada, são oriundos de seu contato com o mundo adulto.

A erradicação de práticas racistas é algo que tem sido muito discutido em âmbito social, mas que permanece nas práticas discursivas individuais, institucionais e culturais, posto que elas se constituem durante o processo de socialização iniciado na família, na vizinhança, na escola, na igreja, no círculo de amizades, na inserção profissional, nas relações afetivas, nos movimentos comunitários e políticos, dentre outros. Em muitas dessas situações, parece mais cômoda a aceitação e reprodução de falsas ideias a respeito de determinados grupos, do que um posicionamento crítico referente às concepções pré-estabelecidas (MUNANGA, 2006).

Na tentativa de erradicar com práticas racistas na sociedade, os movimentos sociais têm lutado por ações afirmativas em nossa sociedade. Uma dessas conquistas está na criação da lei nº 10.639/2003 que altera a lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

A aludida lei foi uma vitória para a sociedade brasileira, especialmente a negra, que viu a partir da sanção desta lei as seguintes possibilidades:

Art. 26-A. – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º – O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003, p. 01)

Observando a supracitada lei compreendemos:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade étnico-racial e cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade, como também respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. (BRASIL, 1997, p. 117-21)

A pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2009) sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar – a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), comenta que o preconceito e a discriminação estão fortemente presentes entre estudantes, pais, professores, diretores e funcionários das escolas brasileiras e que 94,2% das pessoas entrevistadas na referida pesquisa tem preconceito racial. A pesquisa foi realizada com o objetivo de dar subsídios para a criação de ações que transformem a escola em um ambiente de promoção da diversidade e do respeito às diferenças.

Outro dado significativo que o estudo revela é que quanto mais preconceito e práticas discriminatórias existem em uma escola pública, pior é o desempenho de seus estudantes. Dessa forma, faz-se necessário um trabalho muito consistente na escola para que a discriminação se reduza nesse espaço de ensino e aprendizagem.

No Brasil, a Constituição Federativa proíbe qualquer tipo de “discriminação”, seja de idade, sexo, cor, religião, classe social etc. Ainda assim somente a legislação não parece suficiente. As mulheres, os negros, os homossexuais, algumas crenças religiosas, dentre outros, sofrem processos discriminatórios, mesmo que de maneira informal e velada. Assim é interessante saber que para o combate à “discriminação racial”

se faz necessário, além da lei, políticas de promoção de igualdade de oportunidades para todos, independentes do pertencimento étnico-racial.

4. *O caminho trilhado*

A pesquisa é de base qualitativa/interpretativista (MOITA LOPES, 1996), efetuada por uma docente e uma estudante do curso de Letras, ambas tiveram como principal foco discussões teóricas advindas das ciências humanas e sociais, com foco na Linguística Aplicada (LA).

Na perspectiva exposta, Ramos-Lopes (2010) compreende que trazer a discussão da construção de identidades étnico-raciais para a área de LA é procurar lançar, através dos múltiplos sentidos provenientes da linguagem, um novo olhar sobre as práticas discursivas em uso, aderindo em discussões que dizem respeito a uma realidade social em que as verdades absolutas, muitos valores, éticas, ideologias e percepções de vida social, entendidos como naturalizados, estão sendo questionados (MOITA LOPES, 2003). Ou seja, a linguagem, por meio de sua capacidade de multiplicar sentidos, se alastrará por outros arcabouços teóricos, ampliando as possibilidades de investigação tanto em questões de linguagem quanto educacional (SIGNORINI, 1998).

Os dados são oriundos de um projeto PIBIC (RAMOS-LOPES; SANTOS, 2016). Estes foram construídos por meio de visitas a escola NF, no município de Açu, RN. Fizemos a aplicação de uma oficina intitulada: da musicalidade à identidade negra. No primeiro dia as atividades foram divididas em dois momentos equivalentes a três horas aulas de 50 minutos cada. No primeiro momento, apresentamos uma predição com o enunciado Racismo, com seguintes pontos: se os mesmos já ouviram falar em racismo, o que entendem, se já leram, conheciam alguma música o tema e o que eles entendiam por diversidade. No segundo momento foi apresentada aos alunos uma letra de música, Racismo é burrice de Gabriel Pensador. Ouviram a letra da música, cantaram, realizaram leitura silenciosa, para em seguida, destacarem alguns dos enunciados que mais chamou atenção e dialogarmos sobre o porquê do destaque.

No segundo dia, uma semana depois, retornamos à escola para a continuidade do trabalho. Também fizemos uso de três horas-aula de 50 minutos cada. Inicialmente fizemos uma retomada da discussão anterior, foram hora reafirmados, hora refutados conceitos relacionados à temática da diversidade étnico-racial e a importância dessa discussão no ambiente

escolar. Posteriormente, fizemos a apresentação em vídeo de uma segunda música intitulada.

A Cor da Pele, Bruno Leão, juntamente com o acompanhamento da letra impressa, para que todos pudessem fazer a sua própria leitura, e por último, a realização de um questionário com quatro perguntas relacionadas à temática da diversidade étnico-racial. A saber: você conhece alguém que já vivenciou algum tipo de preconceito? Em sua escola, você acha que os colegas tratam todos por igual? Explique. O que você acha das pessoas que tratam as outras mal por causa da cor? Comente. Em sua escola, há apelidos entre os colegas? Fale sobre. Escreva um enunciado/texto contra as práticas discriminatórias.

5. *Aonde chegamos*

A escola que deve ser espaço de construção e formação de sujeitos pensantes e modificadores sociais, ainda que tenha em suas regras de conduta e se apresente de modo democrático a sociedade, está longe da construção de um espaço protagonista de projetos que atuem como fomentadores das diversidades que ali se fazem ocupantes. Ela é o principal ambiente responsável para formar seres humanos capazes de refletirem e se alto conhecerem enquanto sujeitos das suas próprias práticas. A este respeito, Gomes (2005, p. 146) nos remete a seguinte reflexão: “Não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano”.

Os alunos que contribuíram para as reflexões propostas demonstraram o desconhecimento que tinham acerca da temática. Alguns revelaram que não lembravam se já haviam estudado algo sobre racismo, outros disseram que estudaram sobre escravidão, outros que já sabiam não poder falar mal da cor das pessoas, pois poderiam ir presos. Ainda assim, disseram que todos os anos faziam apresentações na escola para comemorarem o dia da libertação dos escravos e o dia da consciência negra. Essas eram atividades sempre organizadas pelos docentes de história e de artes.

Depreendemos que a aplicação da oficina foi de fundamental importância para que eles, mesmo sem acesso ao conteúdo programático preconizado pela lei nº 10.639/2003, o que faria com que tivessem seus conhecimentos aprimorados acerca do que é o racismo, suas consequên-

cias e a importância de repensarmos as práticas racistas que circulam na escola e no convívio externo ao ambiente escolar, eles se envolveram com a temática. Demonstraram interesse e citaram ações, que segundo os mesmos, não sabiam que estavam sendo racistas.

Seguindo essa compreensão, Sousa (2005) afirma:

Nesse sentido, a sala de aula e a escola como um todo tem se caracterizado como um espaço de conflito no qual as crianças e adolescentes, negras e negros, sentem dificuldade de consolidar, positivamente, sua identidade e sua autoestima. Isto dá-se, principalmente, pela costumeira vinculação do negro com situações ou coisas pejorativas, através de apelidos e comparações grosseiras e desagradáveis. (SOUSA, 2005, p. 112)

E isso, só pode ser revertido quando outra corrente se fortifica, a corrente do empoderamento negro. E essa corrente depende de um conjunto de espaços, a qual a escola seja uma das bases ativas de maneira que ela atue para que o respeito à diversidade se consolide no processo de identidade e na autoestima dos alunos.

Com base na oficina aplicada em sala aos alunos do 8º ano do ensino fundamental de educação, ressaltamos algumas afirmações dos docentes ao serem indagados se já haviam vivenciado algum tipo de preconceito ou se conheciam alguém que tinha vivenciado, as respostas foram elaboradas no individual e em grupos, intitulamos os Alunos da seguinte forma (A) para quem respondia individual e para as repostas em grupos (G). Vejamos:

Sim. Eu tenho um amigo que é gay, ele sofre muito preconceito, discriminação nas ruas, às vezes, os meninos batem nele. (A4)

Sim. Um adolescente foi preso injustamente, por ser negro, foi culpado por furto. (A8)

Sim. Eu sou um que já sofreu preconceito, e também algumas pessoas que são próximas a mim por serem gordas, negra, entre outras. (G1)

Sim. Sai com meu namorado para ir a um aniversário e rolou bastantes olhares preconceituosos. Primeiro porque ele é negro. Segundo por ter tatuagens. Terceiro pelo fato de eu namorar ele e nós dois não termos a mesma idade. (G3)

Podemos observar o quão visível são as atitudes racistas e preconceituosas que os alunos vivenciam nas mais diversas situações. O aluno A4 identifica o preconceito vivenciado pelo um “suposto” amigo relacionado à sua sexualidade, e ao mesmo tempo em que ele fala sobre preconceito ele também cita a discriminação e em virtude da ação de pessoas preconceituosas, o amigo é vítima de agressões. É notável o quanto uma

prática interliga a outra, o quanto uma pessoa tem sua identidade arrancada por não fazer parte dos padrões impostos pela sociedade, o modelo do que é certo e errado. O quanto os estereótipos que a sociedade impõe é marcado por processos de correções. A sociedade cria um estereótipo, e esteriliza uma parcela que não se enquadra no seu tipo de modelo, força o que é diferente a viver sobre os moldes do imaginário socialmente correto.

O aluno A8 retrata uma das situações das quais o negro vivencia diariamente a violência contra sua integridade física e moral. Uma marca que está no sujeito negro desde o período colonial. Período esse retratava o negro como preguiçoso e bandido. As marcas do período colonial adentram a todos os espaços nos dias de hoje, e o pior deles, é espaço que ocupa nas mentes humanas. São evidentes as marcas que o período colonial deixou a todos, aos negros a herança de uma sociedade escravocrata que finge não ver o quão suas práticas racistas e preconceituosas perpassam de geração a geração, e quantas vezes que silenciam e silenciaram em nome da razão quando se fazem ecoar em seus lares, escolas, universidades, hospitais que o racismo não existe.

O grupo G1 afirma o que já tinha sido relatado anteriormente. As diversas formas que a sociedade usa para enquadrar o que lhe foge do padrão. A caracterização da normatividade classifica o que adequando da seguinte forma: branco, heterossexual e magro. O que é visto como diferente foge dos padrões impostos pela sociedade, cria-se diante desses padrões um escudo invisível para justificar a farsa da inexistência dos pré-conceitos, das práticas racistas e por último as agressões, que são bastante visíveis. A sociedade com intuito de não quebrar o escudo adjetivou o vitimismo para justificar suas ações. Ou seja, o negro é quem cria seu racismo, o homossexual apanhou porque não anda como homem, é afeminado. E pessoas com sobre peso sofrem com as pressões psicológicas, mas, engordou porque quis.

O grupo G3 revela uma das situações vivenciadas por uma garota de seu grupo, que vive nas dia a dia situações conflituosas de um relacionamento amoroso. No discurso acima, ela retrata uma situação que aconteceu em um aniversário em que ela e o namorado estavam presentes, e, segundo a aluna, ao chegar ao aniversário notou olhares preconceituosos direcionados aos dois porque o seu namorado é negro tem tatuagens e os dois não tem a mesma idade. Vemos que a aluna descreve em primeiro momento a identificação do preconceito de cor e logo após o uso de tatuagens e idade. A aluna não só possui conhecimento acerca do que é o

pré-conceito racial, mas, também vivencia situações em seu convívio amoroso. As marcas dos relacionamentos amorosos interracialis perpassam os anos e muitas são as ideias pré-construídas ao seu respeito. É sabido que muitas dessas relações ocorriam como uma forma de sobrevalorização do branco e a estigmatização do negro durante muitos anos da história, o que faz com que as marcas da negação da cor, do sentimento de inferioridade que são advindas da chamada melhorias da raça, estejam bastante vivas no pensamento de uma sociedade culturalmente racista.

Dessa forma, podemos perceber que parte dos alunos entendeu as diversas maneiras que o racismo estruturado atravessa as suas relações sociais e a importância de atitudes que possa combater as formas de preconceitos e discriminação no ambiente escolar e em suas práticas em convívio social.

6. Considerações finais

Na sociedade atual ainda há muitas marcas da desigualdade histórica quando se trata de negros no Brasil e no mundo. Muitos negros ainda sofrem com o racismo e a discriminação e não encontram condições sociais de educação e desenvolvimento profissional. É importante ressaltar que as diferenças culturais não podem nem devem ser vistas como sinônimo de inferioridade, mas, devem ser respeitadas.

É sabido que os alunos negros no Brasil, durante muito tempo passaram, e ainda passam, por situações desagradáveis devido ao preconceito de pessoas ignorantes. Grande parte desses alunos passam a ter dificuldades, ou medo, talvez, de se afirmar como negro, como afrodescendente. Porém, essa dificuldade se dá pelo fato desses alunos não terem um estudo adequado sobre a história da cultura afro-brasileira e africana, para assim, ter como referência e orgulho pessoas que fizeram história aqui no Brasil e também na África.

A discussão em torno das práticas racistas aparece por muitas vezes de maneira naturalizada, e por isso, muitos dos alunos e professores não apresentam sinais de indignação perante atitudes negativas que circulam na escola. Assim, muitos casos de discriminação vivenciada pelos alunos negros na escola são silenciadas. Fazendo com que as piadas, apelidos e xingamentos contra aos alunos negros, criem uma espécie de corrente cultural, ou seja, uma fortificação de ideias preconceituosas e racistas naturalizadas.

Na escola onde foram aplicadas a oficina, pudemos observar que ainda existia uma interligação entre os tipos de pré-conceitos, já que muitos deles apresentavam seus conceitos sobre o que era o racismo de diversas formas: social, gênero, sexualidade, sobrepeso, *bullying* e pessoas que usavam tatuagens. E quando falavam sobre a questão da diversidade usavam exemplos que tinham visto nos livros e aulas de história e apenas alguns alunos relataram uma cena do meio midiático. O que retrata ainda mais o desconhecimento acerca da temática da diversidade étnico-racial no processo de identidade dos alunos, fazendo com que a cultura de um povo seja renegada e vista como algo sem valor histórico.

A discussão acerca da temática da diversidade étnico-racial foi bastante proveitosa para que os alunos tivessem seus conhecimentos ampliados sobre as mais diversas formas de diferenças, em especial, a diversidade étnico-racial. No entanto, ficou visível a necessidade das instituições, a começar pelas universidades, inserirem em seus currículos disciplinas as quais proporcionem aos docentes conhecimentos referentes à temática do racismo, além dos estudos que estão disponíveis nos livros de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 07/11/2020.

BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto e D'ADESKY, Jacques (Orgs). *Racismo, Preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.

CAVALEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação–Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA JR. Henrique. História africana na formação dos educadores. *Resenha do curso*. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org/cunhajr.html>. Acesso em 12/11/2020.

CUNHA JR. Henrique. Abolição inacabada e a educação dos afrodescendentes. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 89, outubro de 2008. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/089/89cunhajr.pdf>.

FORTE, Barbara. O que é racismo estrutural? Ainda hoje existe? Somos todos racistas?. <https://www.uol.com.br/ecoa/listas/o-que-e-racismo-estrutural>. *Ecoa*. Acesso em 29.11.2020.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IPEA. Instituto de pesquisa econômica aplicada. A cada três assassinados dois são negros. <https://ipea.gov.br/portal/index>. *Folha de São Paulo*. Acesso em 20.12.2020.

LIMA, Cleber Luiz de Sousa; RAMOS-LOPES, Francisca. *Diversidade cultural e relações étnico raciais: os gêneros discursivos e as ações afirmativas na escola*. Trabalho de qualificação de Mestrado. UERN/DL/CAWSL, 2014.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficina de Linguística aplicada*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PRADO, Monique Rodrigues do. *Revista Afirmativa*. <https://revistaafirmativa.com.br/racismo-estrutural-segundo-silvio-almeida>. Acesso em 29.11.2020.

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza. *A constituição discursiva de identidades étnico-raciais de docentes negros/as: silenciamentos*,

batalhas travadas e histórias (re)significadas. Tese de doutorado: PPgEL-UFRN, Natal, RN, 2010.

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza; SANTOS, Jessica Jaine. Posição discursiva de discentes do ensino fundamental, *Projeto PIBIC/UERN*. 2016.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização diversidade – Brasília: MEC, SEC, Alfabetização e Diversidade, 2005b. (Coleção Ed. Para Todos)